



**GESTÃO
2025 - 2028**

25/09/2025

29/2025

Hoje (25) tem Assembleia, às 12h, na Praça da Paz

Vamos retomar a mobilização em defesa da Pauta Específica 2025!

A diretoria do STU convoca os trabalhadores para a Assembleia Geral, hoje (25), às 12h, na Praça da Paz, para debater temas fundamentais que exigem nossa mobilização: ***a reunião técnica entre STU e reitoria, a autarquia da Área de Saúde e o ato em defesa do Estado da Palestina.***

Reunião Técnica com a Reitoria

Após o cancelamento unilateral pela reitoria, a reunião técnica foi remarçada para o dia 29/09 e terá a presença da AEPLAN apresentando dados financeiros da Unicamp.

É o momento de reafirmar nossas reivindicações e mostrar que não aceitaremos enrolação nem calendário esvaziado.

A Pauta Específica 2025 já foi protocolada e contém demandas urgentes: ***isonomia com a USP, revisão do Ponto Eletrônico, valorização dos aposentados, demandas das professoras da creche, direitos dos trabalhadores com deficiência, insalubridade para todos da Área de Saúde, progressão de carreira, entre outras.***

A universidade tem recursos e precisa valorizar quem mantém a Unicamp de pé todos os dias!

Autarquia da Área de Saúde

A proposta da reitoria de transferir a gestão dos hospitais para a Secretaria de Saúde abrirá caminho para a privatização via Organização Social (OS). Além de enfraquecer a luta por mais verbas para a Unicamp, precarizar vínculos, colocar a carreira PAEPE em extinção e ameaçar trabalhadores Funcamp.

A reitoria de Cesinha e Coelho tenta aprovar a autarquia a toque de caixa, realizando reuniões com o governo Tarcísio, sem debater com a comunidade acadêmica e com os usuários da área de saúde.

O que há por trás deste acordo? Não permitiremos que a saúde seja mercantilizada nem que o governo Tarcísio coloque a Universidade na mira da privatização.

O STU em conjunto com as entidades Adunicamp, DCE e APG realizará diversas atividades para alertar os trabalhadores e a

população deste golpe.

Defesa do Estado da Palestina

Enquanto o povo palestino resiste a um massacre brutal promovido por Israel, vemos crescer a cumplicidade de governos e instituições com esse genocídio.

É papel das entidades sindicais denunciar essas atrocidades e se somar à luta internacional por um cessar-fogo imediato, pelo fim da ocupação e pelo reconhecimento pleno do Estado da Palestina.

Também cobramos que a Unicamp encerre o acordo com a “Technion - Israel Institute of Technology”, instituição que tem desenvolvido pesquisas para o aprimoramento de equipamentos, como tratores, que estão sendo utilizados para demolição de casas e prédios em Gaza.

Diante de tantos ataques e retrocessos, é essencial estarmos juntos para fortalecer nossa luta.

Só a luta coletiva pode garantir conquistas e barrar retrocessos.

Compareça à assembleia: hoje (quinta-feira), meio dia, na Praça da Paz.

STU e parlamentares na luta contra a autarquização



STU, deputado Giannazi e vereadora Fernanda Souto organizam campanha contra autarquização

A luta contra a autarquização do Complexo Hospitalar da Unicamp ganhou um reforço importante. Na sexta-feira (19), a coordenadora geral do STU, Elisiene Lobo, e os diretores Toninho Alves e José Luís Pio Romera, estiveram na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ao lado da vereadora Fernanda Souto (PSOL), em reunião com o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

O encontro resultou na construção de um calendário de mobilizações e no compromisso dos dois parlamentares em realizar uma Audiência Pública (em âmbito municipal e estadual), para 14/10, para que a população e a comunidade universitária, verdadeiros interessados e diretamente impactados por essa mudança, possam ser ouvidos.

Giannazi também se comprometeu a cobrar da reitoria informações detalhadas sobre o processo, hoje conduzido de forma autoritária pela administração.

Vale destacar que na quinta-feira (18), o STU havia se reunido com

representantes da ADunicamp, APG e DCE para discutir iniciativas conjuntas pela derrubada da autarquização.

Gestores querem nos enganar

A tentativa de autarquizar a Área de Saúde da Unicamp, entregando sua administração à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, avança de forma autoritária, sem diálogo com trabalhadores, estudantes, professores e, muito menos, com a população usuária do serviço.

A reitoria de Cesinha e Coelho e o governador Tarcísio de Freitas tentam empurrar goela abaixo um projeto que só interessa a quem defende a privatização e o sucateamento do serviço público.

A justificativa de que a medida trará mais recursos é uma falácia. Se o governo realmente quisesse fortalecer a Área de Saúde, aumentaria diretamente o repasse de verbas à universidade, como reivindica há décadas o STU e as entidades que compõem o Fórum das Seis.

Não faz sentido algum desmontar a gestão universitária

para depois prometer que os recursos chegarão. O que está em jogo, na prática, é abrir brecha para a mercantilização do SUS, piorando a qualidade do atendimento à população, precarizando o trabalho e enfraquecendo o caráter público da Unicamp.

A experiência mostra que a privatização do serviço público nunca trouxe benefícios: hospitais geridos por fundações ou organizações sociais viram palco de contratos precários, arrocho salarial, restrições de acesso e degradação da qualidade assistencial.

Esse é o caminho que Tarcísio quer nos impor: a autarquização abre espaço para algo ainda mais grave: a privatização da Educação com a retomada, por exemplo, da discussão sobre a cobrança de mensalidades, um ataque frontal ao caráter público e gratuito da Unicamp.

Ao fragilizar a universidade e submeter seus hospitais à lógica mercantil, o governo estadual coloca em risco um patrimônio da população da região de Campinas e referência nacional em ensino, pesquisa, extensão e atendimento à população.

O STU reafirma: não aceitaremos que a Área de Saúde da Unicamp seja entregue à lógica da privatização.

Esse processo entreguista ameaça o SUS, enfraquece a universidade e prejudica toda a sociedade.

Eles tentam nos vender a ideia de que o hospital “vai melhorar”, é mentira. A hora é de resistência e mobilização coletiva: não à autarquização!

Bolsonaro é condenado a 27 anos por trama golpista. Sem anistia!

No dia 12/09, o Supremo Tribunal Federal (STF) tomou uma decisão histórica ao condenar um ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e militares de alta patente por tentativa de golpe de Estado, punindo-os por tramar contra a democracia.

O julgamento da Primeira Turma do STF reforça que ninguém está acima da lei e que a tentativa de derrubar o Estado Democrático de Direito, articulada por Bolsonaro e setores das Forças Armadas, não ficará impune.

O país mostrou que tem instituições capazes de resistir e reagir, mesmo sob ameaças externas, como as sanções econômicas e até o uso de poder bélico prometido pelo governo Trump em apoio à extrema-direita brasileira.

A decisão é uma vitória para o povo brasileiro, para a democracia e para a soberania nacional. Mas também serve de alerta: não podemos aceitar nenhuma anistia para quem atenta contra as instituições democráticas.

Apesar do avanço histórico, o julgamento trouxe também um sinal perigoso: o voto do ministro Luiz Fux, em defesa de Bolsonaro, foi um erro grave.

Sem apresentar uma justificativa técnica consistente, Fux abriu brechas para que a defesa tente anular o processo e fortaleceu as articulações pela anistia no Congresso Nacional. Além disso, seu voto acabou dando respaldo para a pressão da Casa Branca contra o Brasil e ainda oferece fôlego para que a extrema-direita explore politicamente a condenação, de olho nas eleições de 2026.

Além disso Fux demonstra sua total submissão às ameaças do governo estadunidense e mira seu futuro político, uma vez que daqui dois anos se aposenta do STF e aposta em uma vitória no campo Bolsonarista para ser alçado a Ministro ou até mesmo disputar o Senado como já afirmou o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que lhe ofereceu a legenda.

Fux busca aproximação com a candidatura Tarcísio para se garantir dentro dos espaços do Judiciário.

Não é exagero dizer que o voto de Fux funcionou como combustível para a família Bolsonaro e para o projeto de enfraquecimento do STF, com ataques pessoais aos ministros e até pedidos de impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Ainda assim, o resultado consagra uma vitória popular: a democracia prevaleceu sobre o golpismo.

A condenação de Bolsonaro e de generais golpistas mostra que a independência do Judiciário está de pé e que nenhum poder pode se sobrepor à soberania popular.

O recado está dado: não há espaço para golpistas no Brasil

Sem anistia para os golpistas

É no Congresso que agora se trava outra batalha, diante da tentativa de parlamentares bolsonaristas de aprovar uma anistia ampla, geral e irrestrita para os envolvidos no golpe fracassado.

Esta PEC é imoral e inconstitucional por se tratar de “perdão” para um crime contra a democracia, um atentado grave à Constituição.

Outra votação polêmica na Câmara dos Deputados, na sessão de 17/09, setores da extrema direita junto ao Centrão aprovaram em regime de urgência a PEC da Blindagem, com o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Cabe ressaltar que essa PEC é inconstitucional! Mesmo aprovada em regime de urgência na Câmara, a proposta terá grandes dificuldades de ser aprovada no Senado Federal, pois o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), afirmou, no dia 16/09, que a PEC da Blindagem, que altera a Constituição para dificultar a abertura de processos judiciais contra parlamentares, não têm apoio suficiente para ser aprovada naquela casa.

O senador Otto afirmou que o projeto não passa “de jeito nenhum”: “Não tem 49 votos no Senado”, qualquer projeto precisa passar na CCJ antes de ir ao plenário.

Estamos em um momento de grande desafio no país, o bolsonarismo continua vivo e busca blindar aqueles que atentaram contra a democracia e emplacar um dos seus candidatos à frente da presidência da república em 2026.

Precisamos nos manter atentos e retomar as mobilizações em defesa da democracia e da soberania nacional.

Por isso o STU se somará aos atos que ocorrerão nos próximos dias e também mobilizará a categoria para lutar em defesa da democracia no Brasil!

Defender a democracia hoje é garantir o futuro do nosso país!

STU ocupa as ruas de Campinas e São Paulo contra a PEC da Bandidagem

Basta de impunidade e privilégios. Sem anistia!



Diretores do STU, Toninho, Rosemar e Reginaldo Biroska, vão aos atos, de Campinas e São Paulo, protestar contra a anistia e a PEC da Blindagem

No último domingo (21), milhões de brasileiros foram às ruas em todo o país para dizer não à PEC da Blindagem e à anistia.

Em Campinas e na Avenida Paulista, em São Paulo, o STU esteve presente com seus diretores, lado a lado com a população, exigindo o fim dos privilégios e denunciando parlamentares que não têm vergonha de legislar em benefício próprio, traindo a confiança do povo.

A chamada PEC da Blindagem, que já ganhou o apelido de PEC da Bandidagem, tenta ampliar o foro privilegiado e limitar a atuação da Justiça contra deputados e senadores, dificultando sua responsabilização. Se for aprovada, poderá se estender aos deputados estaduais.

Na prática, cria-se uma casta de políticos intocáveis, acima da lei, que poderiam escapar de punições até em crimes como homicídio, estupro, racismo, terrorismo e tráfico de drogas. É um ataque

direto à democracia, à soberania nacional e à igualdade perante a lei.

Após as mobilizações nacionais, ontem (24), a PEC foi derrotada no Senado Federal.

Não à anistia!

Ao mesmo tempo, tramita a proposta de anistia, que busca perdoar aqueles que atentaram contra o Estado Democrático de Direito nos atos golpistas, de 8 de janeiro de 2023. Anistiar golpistas significa legitimar o crime e abrir as portas para novas tentativas de ruptura democrática, aprofundando a impunidade e o desmonte das instituições do país.

Enquanto o povo pede melhores condições de vida, o Congresso insiste em proteger criminosos de colarinho branco.

É inaceitável que aqueles que dizem “bandido bom é bandido morto” defendam agora o direito de cometer crimes e sair impunes. Esse

é o retrato de um Congresso que, em vez de servir ao povo, presta um desserviço à nação.

Diante da urgência do momento, o STU se alia aos movimentos sindicais e populares para convocar a comunidade universitária a participar de mais um ato, o “Campinas na Rua”, neste sábado (27), às 13h, na Praça Carlos Gomes.

- Não aos bandidos no poder;
- Não à PEC da Blindagem;
- Abaixo a anistia para golpistas;
- Pela soberania, isenção de imposto de renda e fim da escala 6x1.

O Brasil precisa debater pautas que interessem de fato à população: isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, o fim da jornada extenuante da escala 6x1, e projetos que tragam mais dignidade, qualidade de vida e justiça social. Mas os parlamentares estão ocupados em blindar seus próprios privilégios.

Os inimigos do povo não vão nos calar!

CAMPINAS NA RUA

27.09 | 13H | PRAÇA CARLOS GOMES

NÃO À PEC DA BLINDAGEM SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS

PELA SOBERANIA, ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E FIM DA ESCALA 6X1!